Proc. TC-016.347/2014-5
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Senhor José Fernando Moreira da Silva, ex-prefeito do município de Paudalho (PE), gestão 2009-2012, e da empresa Erika Produções de Eventos Ltda., em face de irregularidades verificadas na execução do Convênio n.º 1.362/2009 (Siafi n.º 715.864/2009), cujo objeto consistia na realização do evento intitulado “Festival da Juventude Múltipla Tribus”, no valor total de R\$ 315.790,00, sendo R\$ 15.790,00 referentes à contrapartida do município (peça 1, pp. 91-123).

2. A Secretaria de Controle Externo do Estado de Pernambuco (Secex-PE), na última instrução de peças 36, propôs julgar irregulares as contas do ex-prefeito de Paudalho e da empresa Erika Produções de Eventos Ltda., condenando-os ao pagamento dos débitos apurados, bem como a aplicação, ao ex-prefeito, da multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992.

3. Não obstante as conclusões da Unidade Técnica tenham se escudado no conjunto probatório dos autos, verifica-se que expediente relevante, *in casu*, para a comprovação da realização do evento, possui indícios de erro material. Consiste no relatório da fiscalização *in loco* realizada pelo MTur (peça 1, pp. 139-157).

4. Na conclusão do Relatório de Supervisão In Loco n.º 2009 está disposto que houve a efetiva execução do Convênio n.º 715.864/2009, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado (peça 1, p. 151). Na instrução da Unidade Técnica, também, é dito, nos itens 3 e 17.2 da peça 36, que se deve aceitar a realização do evento em razão da fiscalização *in loco* do MTur.

5. Todavia, constata-se que a data de assinatura do referido relatório é **4/11/2009**, anterior, portanto, à data do evento em tela, que ocorreu nos dias **27 a 29 de novembro de 2009**. Esse fato, *smj*, descaracteriza esse documento como prova.

6. Diante do exposto, esta representante do Ministério Público, em busca da verdade material, no dever de realizar o interesse público, manifesta-se por que seja adotada a seguinte medida:

a) preliminarmente, por tratar-se, *in casu*, de peça fundamental à análise do mérito da presente Tomada de Contas Especial, restituir os autos à Unidade Técnica para que, em diligência à instância concedente, obtenha esclarecimentos referentes à incongruência de datas constante do Relatório de Supervisão *In Loco* n.º 2009 do Convênio n.º 715.864/2009, de modo a confirmar ou não a realização da fiscalização encaminhando informações e documentos complementares, se houver; ou

b) alternativamente, se não for acolhida a questão preliminar, restituir os autos ao Ministério Público, com vistas à sua intervenção regimental sobre o mérito das presentes contas.

Ministério Público, 30 de novembro de 2016.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral